

HABEAS CORPUS Nº 558.202 - RS (2020/0013787-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
NILTON LEONEL ARNECKE MARIA - RS054268
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : FLORENCIO MARCHESAN PEREIRA (PRESO)
OUTRO NOME : FLORÊNCIO MARQUEZAN PEREIRA DA CONCEIÇÃO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REGIME SEMIABERTO. FALTA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. PRISÃO DOMICILIAR COMO PRIMEIRA OPÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NA SÚMULA VINCULANTE 56. ACÓRDÃO IMPUGNADO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE.

Writ não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Florêncio Marquezan Pereira da Conceição** (ou Florêncio Marchesan Pereira), em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por haver dado provimento ao Agravo em Execução n. 2261781-44.2019.8.26.0000 e cassado a decisão exarada pelo Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais da comarca de Alegrete/RS de deferimento da prisão domiciliar ao ora paciente (PEC n. 5.290-6).

Requer-se, liminarmente, a concessão da ordem para que seja restabelecida a decisão do Juízo da execução.

O pedido liminar foi indeferido pelo Presidente desta Casa (fls. 85/86).

O Tribunal local prestou informações (fls. 122/123).

O Ministério Público Federal opinou nos termos desta ementa (fl. 127):

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REGIME SEMIABERTO. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. SUPERLOTAÇÃO DO

ESTABELECIMENTO PRISIONAL. INDEFERIMENTO. NÃO CONFIGURAÇÃO DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DA SAÍDA ANTECIPADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM.

É o relatório.

A ilegalidade passível de justificar a impetração do *habeas corpus* deve ser manifesta, de constatação evidente, o que, na espécie, não ocorre. Afinal, a Corte estadual decidiu o tema em questão conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Ora, de acordo com o acórdão impugnado, ao deferir o benefício da prisão domiciliar em situações como a dos autos, *deve o órgão executivo privilegiar os apenados há mais tempo inseridos no regime de pena intermediário e/ou mais próximos da obtenção do regime aberto, não sendo possível proceder à inclusão automática dos presos beneficiados no programa especial de monitoramento, de forma aleatória, sob pena de ocorrerem flagrantes injustiças entre os apenados, pois seria possível que um indivíduo, próximo de encerrar a execução de sua pena, permanecesse encarcerado, ao passo que outro, com saldo maior a cumprir e condenação mais recente, fosse posto em liberdade* (fls. 81/82).

E segundo o entendimento da Terceira Seção desta Casa, adotado no julgamento do REsp n. 1.710.674/MG sob o rito dos recursos repetitivos, da relatoria do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, não é possível a concessão da prisão domiciliar como primeira opção, sem prévia observância dos parâmetros traçados no RE n. 641.320/RS. Na oportunidade, foi estabelecida a seguinte tese (Tema 993):

A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante n. 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE n. 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto.

Dessa forma, estando o acórdão do Tribunal local em conformidade com a

Superior Tribunal de Justiça

nossa jurisprudência, não há falar em constrangimento ou flagrante ilegalidade.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator